

ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente)- Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

Breves Comunicações

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN (Orador) - Retoma ao questionamento feito na semana anterior, se conhecia o que é um Ordenador Primário de Despesas, e informa que, por três anos, no Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, foi o Ordenador Primário de Despesas.

Outrossim, ressalta que por mais algumas pessoas não gostem do Governador e queiram derrubá-lo, elas não podem passar informações que não são verdadeiras. Desta forma, traz um texto que esclarece quem é ordenador primário.

(Passa a ler)

"A própria Lei Complementar n. 741, aprovada no Parlamento no ano anterior, cita que os ordenadores de despesas das unidades gestoras são os Secretários de Estado, Presidentes de Autarquias, de Fundações e de Empresas Estatais dependentes. Ou seja, cada secretaria ou entidade tem ampla competência para ordenar as despesas, seja qual for a natureza, inclusive de pessoal, e não precisam do aval do Governador do Estado ou da Vice-Governadora. As normas legais a respeito da administração financeira do Estado não estão sendo criadas agora ou interpretadas por mim, estão nos textos legais, são atribuições dos titulares de cada pasta esta responsabilidade pela despesa executada em cada unidade administrativa. Assim, esclarecendo com verdades, talvez até os adversários possam ter a singela conclusão que o Governador do Estado não tem competência para ordenar despesas de qualquer natureza perante as Secretarias de Estado, Autarquias e Fundações."

Repete, "esta verdade está explicitada na legislação, especialmente aqui em Santa Catarina, o disposto no art. 139 da Lei Complementar Estadual 741/2019 e anteriores da mesma natureza. Já era assim para os outros governos e governadores e é assim hoje."

Finalizando, afirma que estudou um pouco mais sobre o que é um ordenador de despesa, concluindo que ordenadores de despesas primários são os que assumem a gerência da execução orçamentária em suas grandes áreas de atuação (Saúde, Educação, Segurança Pública e outras). *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Referencia sua participação no ato de abertura da ala do Hospital e Maternidade Tereza Ramos, em Lages, no planalto serrano, disponibilizando 28 novos leitos de UTI,

e apresenta agradecimento ao Governador e Secretário da Saúde.

Dando sequência ao seu relato, cita o pagamento de emendas parlamentares, com menção de cada deputado que fez a indicação, somando mais de R\$ 12 milhões destinados ao desenvolvimento daquela região. Dentre atos do Governo anunciados, destaca ações da Defesa Civil, com a autorização para lançamento do edital de contratação de uma empresa para executar a obra na SC-370, no trecho da Serra do Corvo Branco, estimada em torno de R\$ 48 milhões.

Cita, ainda, que o Governo priorizou empreendimentos aludidos no Parlamento, reivindicações de Prefeitos da região, e agradece ao Secretário da Infraestrutura Thiago Vieira e ao Governador Carlos Moisés.

Afirma que este é o Estado que quer discutir no Parlamento, progressista, que vê, no desenvolvimento estruturante das suas regiões, o alicerce para o desenvolvimento econômico e para a seguridade social dos catarinenses.

Ressalta os valores que serão liquidados, até os próximos dias do mês de agosto, referentes às emendas parlamentares, pois é um volume muito significativo à disposição dos municípios e regiões para fortalecer o processo econômico e a recuperação neste ambiente de pandemia.

Comenta, finalmente, sobre o pedido de *impeachment*, protocolizado e cujo relatório foi lido na Casa. Informa que procedeu à leitura do mesmo, concluindo que "a causa tem que ser analisada pelo seu objeto, por si." Faz a leitura de parte dos documentos e considera que o fato em nada contribui para o Estado catarinense, e deduz que a medida acertada seria arquivar de uma vez tal pedido. [Taquígrafa: Elzamar]

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Discorre sobre a fala da deputada Paulinha, quando cita as testemunhas, e pede que ela leia o outro que foi aceito, porque o citado pela mesma foi rejeitado inclusive pelo próprio Presidente. Diz que não

concorda com a tentativa de enganar o povo catarinense.

Refere-se à fala do Deputado Coronel Mocellin, na última quinta-feira, e traz um vídeo para comprovar a mesma, dizendo que é possível ouvir a afirmação "houve irregularidade", e não "se houve irregularidade".

Neste sentido, o Deputado Coronel Mocellin, discorda, e afirma que em momento algum o Pleno do Tribunal de Contas falou que houve crime de responsabilidade, e que a sua afirmação foi "se houve irregularidade está sendo apurado".

Entretanto, esclarece que a irregularidade que o voto do Tribunal fala é a falta de embasamento legal para aumento salarial. Cita a legislação e diz a lei de 92 coloca como ato de improbidade administrativa, e a lei de 1950 coloca como crime de responsabilidade.

Diz que não é possível alegar que desconhecia os fatos porque há um "De acordo" assinado pelo Governador, no dia 03 de outubro, e também a assinatura do Secretário Tasca no dia 14 de outubro. Cita ainda o ofício do dia 15 de janeiro de 2020, assinado pela Daniela Cristina Reinehr.

Afirma que será impossível enganar o povo catarinense afirmando que tudo isso é balela e que o Parlamento tem mais assuntos para tratar.

Concorda no aspecto de que os Deputados tem mais assuntos a tratar, porque ontem entrou, na Casa, um novo pedido de *impeachment*, assinado por ex-desembargador e presidente de entidades. Acredita que agora será possível tratar sobre fatos, trazendo a verdade.

Esclarece, ainda, que o processo que foi acatado tem outros elementos de decisão, como por exemplo, o 7x0 do Tribunal, do voto do relator Wan-Dall, que disse que houve irregularidade. Tem também a posição do Decano, que fala que o Tribunal de Contas tem, sim, condições de fazer esse tipo de análise.

Reafirma aos catarinenses que pagamento de emenda não vai comprar voto, porque o governador está só cumprindo lei. [Taquígrafa: Eliana]

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Destaca que ontem foi um dia de grande alegria para a Serra Catarinense, pois com o ato do governador foram conseguidas obras históricas, como a nova ala do Hospital Tereza Ramos, recendo 28 leitos de UTI exclusivos para a Covid.

Relata que as obras da SC-390, ligando Anita Garibaldi a Celso Ramos, no governo anterior, pararam, e agradece aos prefeitos desses municípios e a todas as autoridades que, em uma conversa informal, entraram em contato com o Secretário Estadual da Infraestrutura, Thiago Vieira, que assumiu o compromisso de reiniciar as obras em dois meses.

Saúda o Deputado Volnei Weber, com o qual participou de uma audiência pública, em Urubici, para que as obras de pavimentação da Serra do Corvo Branco, ligando o sul do estado com a Serra Catarinense, pudessem ter início. Houve várias frentes de luta, com a participação dos donos de hotéis, presidente da Câmara de Urubici e vários prefeitos para conseguir esta grande vitória.

Menciona estudos para a continuidade da pavimentação em concreto da SC-114, que já possui no trevo da SC-282, indo até Otacílio Costa passando pela cidade de Palmeira. Haja vista a existência no local de empresas importantes na área do papel, que necessitam escoar a produção.

Manifesta-se em relação às emendas, dizendo que são direitos dos Parlamentares que as indicam.

Mas foi o governador Carlos Moisés que honrou a lei, pois seu conterrâneo, Raimundo Colombo não o fez. Cita o deputado Marcos Vieira e o trabalho dos demais Deputados, que conseguiram garanti-las.

Acrescenta que na sua equipe tem um grupo de engenheiros que fazem os projetos e fiscalizam obras. Neste sentido, destinou recursos para uma capela mortuária na cidade de Painel, a pedido da comunidade, cujo empreiteiro foi notificado duas vezes porque não estava cumprindo com o licitado, mas agora o pagador de impostos está sendo atendido.

Cita várias outras obras realizadas na região, como parques infantis, onde as crianças mostram

seu potencial, em atividades cognitivas, e centros de reabilitação motora, alguns com salas de pilates. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADA ADA DE LUCA (Oradora) - Expõe saudação especial aos advogados, registrando o dia da categoria, e aos estudantes, igualmente lembrados nessa data.

Manifesta indignação ao receber a informação de que o Estado pretende suspender o auxílio para pagamento dos custos dos leitos de UTI. Lembra que este é um serviço de alta complexidade e a lei determina que o gasto não é responsabilidade dos municípios.

Informa, diante da severa crise que sempre atingiu as Prefeituras, que o Governo arcava com o pagamento dos leitos de UTI, enquanto as verbas federais não eram recebidas, mas agora o Estado quer jogar esta responsabilidade para os Municípios, e isso é inadmissível.

Critica o governo atual dizendo que a vida não pode esperar por trâmites burocráticos. Afirma que é preciso ter criatividade para encontrar novas soluções diante de novos desafios que foram gerados com a pandemia; é preciso coragem, criatividade, experiência, comprometimento com o povo, pois é isso que o catarinense espera neste momento.

Conclui, compartilhando a receptividade que teve a lei que institui o programa de atenção às vítimas de estupro em Santa Catarina. Agradece aos Colegas, que foram muito sensíveis à iniciativa de dar apoio às vítimas por meio da identificação das provas periciais que confirmem a eventual ocorrência desse crime hediondo. *[Taquígrafia: Roberto]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PDT

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Comenta a fala do Deputado Kennedy Nunes, que discorreu sobre o respeito que se deve ter com o povo catarinense, e neste ponto, ponderando o pedido de *impeachment*, e pelo que leu, considera um grande show de pirotecnia.

Afirma que o processo de *impeachment* representa uma pessoa revoltosa com o resultado das urnas e que procura, em uma discussão administrativa, razões para imputar o pedido de afastamento do atual Governo.

Diz que o responsável pelo pedido de *impeachment* não tem autoridade moral ou ética para fazer qualquer contestação aos Parlamentares no tom em que se expressou.

Conclui, alegando ser discutível a qualidade ou eficiência do governo de Carlos Moisés, porém, no seu entendimento, não há embasamento para um possível *impeachment*. [Taquiografia: Roberto]

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Enaltece ato do secretário Thiago Vieira, por ter anunciado, através de edital, a abertura de processo licitatório, onde será selecionada a empresa que irá elaborar o projeto de engenharia rodoviária para as obras de restauração da SC-477. Lembra que esta é a rodovia para a qual o Parlamento mais solicitou providências por parte do Governo estadual, devido às irregularidades da pista. Informa que o prazo de início da obra é a partir do segundo semestre do ano que vem, a qual terá um custo aproximado de R\$70 milhões. Parabeniza também o governador Carlos Moisés e o Secretário da Fazenda, Paulo Eli.

Cita inauguração de nova ala do Hospital Tereza Ramos, com 28 leitos de UTI. Lembra o início deste projeto e registra o empenho dos ex-Governadores Luiz Henrique da Silveira e Raimundo Colombo para a construção do hospital.

Diz que a política é o ato de ouvir, avaliar, de ser duro perante as convicções, mas também de entender o valor do pensamento adversário. Conta que começou a militar na política no ano de 1989

e, neste período, acompanhou diversas tendências ideológicas.

Demonstra preocupação com a política ser transformada em caso de vida ou morte, de irracionalidade, de banalizar ameaças às reputações pessoais por meio de verdadeiros massacres nas redes sociais. Registra sua espera por tempos melhores, em que todas as instituições do regime democrático prevaleçam e se tornem cada vez mais fortes. Lamenta o momento de pandemia e destaca a esperança que a população deposita em cada um dos Parlamentares. *[Taquiografia: Roberto]*

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Relembra que, na primeira morte por COVID-19 no país, o Governo Federal desprezou os riscos do vírus. Lamenta que, em menos de seis meses, o país atingiu a marca de 100 mil óbitos e 3 milhões de casos, com convicção de ser um número maior, pois o número de testes é baixo.

Informa que o Brasil é o segundo país no mundo em número de óbitos por Coronavírus, atrás apenas dos Estados Unidos, que abandonou o uso de remédios sem eficácia comprovada cientificamente. Comenta que o país vive o luto de 100 mil famílias, que poderia ter sido minimizado.

Presta homenagens e enaltece a história e valores de Dom Pedro Casaldáliga, renomado bispo, falecido recentemente. Comenta a importância de seguir os seus passos, defendendo a vida, a dignidade e a solidariedade. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) - Relata que recebeu a visita do produtor de eventos Douglas Bernardes, que apresentou as dificuldades das diversas profissões no ramo de eventos, e solicita ao Governo do Estado que faça um estudo de auxílio para este ramo, que está em situação de dificuldade.

Comenta que existem alguns projetos aprovados, ainda não sancionados pelo Governo do Estado, para

oferecer um suporte na área do turismo. E acrescenta a importância de elaborar projetos para a educação, e também reitera a necessidade de o Parlamento catarinense buscar soluções para a área de eventos. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Comenta que o Parlamento deu mais um passo importante na busca de soluções para um setor vital para a economia, pois foi criado um grupo de trabalho formado por alguns Deputados estaduais catarinenses, Secretários do Governo Estadual e representantes de empresas de transportes de passageiros, com a finalidade de buscar alternativas e melhorar a situação pré-falimentar em que estas empresas se encontram.

Afirma que o papel da Assembleia Legislativa é mediar, junto ao Poder Executivo, entendimentos com a iniciativa privada para encaminhar soluções. Cita o exemplo da diminuição do ICMS sobre o óleo diesel, e informa que o Secretário Paulo Eli se comprometeu em levar esta pauta ao Confaz, para que possa ser encaminhado projeto de lei para diminuir o custo operacional das empresas, evitando o aumento das passagens de ônibus no Estado.

Relata que outras pautas também foram apresentadas no grupo de trabalho, e serão encaminhadas ao Poder Executivo na próxima reunião, marcada para o dia 24 de agosto. Também menciona a falta de créditos, de financiamento com juros acessíveis para empresas de diversas áreas, e pede que o Estado dê mais atenção para a situação dramática em que se encontram esses setores. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PSL

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN (Orador)- Afirma a necessidade de esclarecer a população, como já foi afirmado por outros Deputados, e é neste sentido o seu pronunciamento.

Descreve a tramitação, dizendo que primeiramente o sr. Ralf entrou com pedido no MP,

que foi negado; entrou com pedido no Pleno do MP, uma denúncia de improbidade administrativa, e o Pleno do PM mandou arquivar; entrou com pedido na Alesc, que foi arquivado; e depois entrou com outro pedido. E no Tribunal de Contas do Estado, foi dito aqui, que o Pleno do TC-SC afirma que houve ato de improbidade administrativa. Deixa bem claro que em nenhum momento ele fez menção em ato de improbidade administrativa. Quanto à participação do Governador Moisés, o TC afirma que não houve a participação do Governo do Estado.

Também foi dito aqui que existiu a participação do Governador por ele ser ordenador primário. Outrossim, esclarece que gestor primário, de acordo com o art. 139 da Lei Complementar n. 741, são os secretários de estado, presidentes de autarquias, fundações e empresas estatais.

Desta forma, fala aos catarinenses que não existe a participação do Governo do Estado naquelas ações dos procuradores e nem existe a questão de ser possivelmente acusado por ser gestor primário, uma vez que não é gestor primário, de acordo com lei aprovada na Alesc.
[Taquigrafia: Guilherme]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - A Presidência suspende a presente sessão até às 16h, horário reservado à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início a pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00408/2020, que dispõe sobre o veto total ao PL n. 112/19, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que institui o Programa Santa Catarina Digital, no âmbito estadual.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto em Plenário.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Neodi Sareta.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

Encaminharam a votação da matéria os srs. Deputados Kennedy Nunes, Sargento Lima, Sergio Motta, João Amin e Ivan Naatz.

A Presidência salienta que o parecer da CCJ é pela rejeição do veto.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	não
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	não
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	não
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JAIR MIOTTO	não
DEPUTADO JERRY COMPER	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não

DEPUTADA PAULINHA
DEPUTADO RICARDO ALBA
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO
DEPUTADO ROMILDO TITON
DEPUTADO SARGENTO LIMA não
DEPUTADO SERGIO MOTTA não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI
DEPUTADO VOLNEI WEBER

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O senhor Presidente, Deputado Julio Garcia, acolheu as manifestações dos Deputados Marcos Vieira, Moacir Sopelsa, Romildo Titon e Volnei Weber contrários ao veto e do Deputado Ricardo Alba sendo favorável, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 34 votos, sendo 3 sim, 31 não e zero abstenção.)

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. Deputados.

Temos 31 votos "não" e três votos "sim" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0207/2020, de autoria da Deputada Ada De Luca, que dispõe sobre o registro de ocorrências relacionadas a todos os casos que envolvam violência contra a mulher por meio da Delegacia Virtual da Polícia Civil de Santa Catarina, em razão da pandemia da COVID-19.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados Jessé Lopes e Ada De Luca.

Em votação.

Encaminharam a votação da matéria os srs. Deputados Luciane Carminatti e Bruno Souza.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria com votos contrários dos Deputados Jessé Lopes e Bruno Souza.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0011/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster, que altera o art. 73 da Lei nº

3.938, de 1966, que "Dispõe sobre normas de Legislação Tributária Estadual", para determinar prazo de julgamento e pagamento de requerimento administrativo relativo à restituição de tributos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0221/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas festivas alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para instituir o Dia Estadual da Distonia.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Encaminhou a votação da matéria o sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com a abstenção do Deputado Bruno Souza.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0140/2020, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditiva(s), supressiva(s) e modificativa(s).

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

A Presidência, antes de abrir a discussão, informa que votaremos primeiro o projeto com todas

as emendas e, posteriormente, os destaques que forem suscitados no Plenário. Teremos o resultado final depois das votações.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerra a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o projeto com a emendas aditivas, supressivas e modificativas permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Passa à votação dos destaques.

Há somente um Requerimento de Destaque, assinado pelo Deputado João Amin e outros senhores Deputados.

O Requerimento é vazado nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 204, inciso VIII, combinado com art. 234, ambos do Regimento Interno, Requerem a votação em separado a Emenda n. 69, incluída ao Projeto de Lei n. 0140/2020, que modifica o art. 41 do Projeto de Lei, o qual consta na Ordem do Dia da sessão de 11 de agosto de 2020."

Assinam diversos senhores Deputados e Deputadas.

A Presidência coloca em discussão o requerimento.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados Bruno Souza, Marcos Vieira e João Amin.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Encaminharam a votação da matéria os srs. Deputados Marcos Vieira, Maurício Eskudlark, Valdir Cobalchini, Sargento Lima, Bruno Souza e João Amin.

Continua em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA

DEPUTADO ALTAIR SILVA

não

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

não

DEPUTADO BRUNO SOUZA	não
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	não
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	não
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	não
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	Abst
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VOLNEI WEBER	

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O senhor Presidente, Deputado Julio Garcia, acolheu as manifestações dos Deputados Moacir Sopelsa e Volnei Weber contrários à emenda, e do Deputado Sergio Motta sendo favorável, fora do sistema eletrônico de votação.

totalizando assim 36 votos, sendo 8 sim, 27 não e 1 abstenção.)

Está encerrada a votação.

Votaram 36 srs. Deputados.

Temos 8(oito) votos "sim", 27 votos "não" e uma abstenção.

Está rejeitada a emenda, e aprovada a LDO com a emenda.

Pedido de Informação n. 0536/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Mobilidade, informações acerca dos equipamentos eletrônicos denominados OCRs utilizados pelo 23º Grupo da 3ª Cia do 1º BPMR (Posto 23), localizado no Município de Taió.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Nilso Berlanda.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0537/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca de exames de Covid-19 no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0538/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, solicitando ao Procurador Geral do Estado, informações acerca da lotação de procuradores estabelecida pela Portaria GAB/PGE/03/20.

A Presidência retira de pauta a pedido do Autor.

Pedido de Informação n. 0539/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do funcionamento dos parques termais durante a pandemia de COVID-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0359/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, manifestando ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, repúdio ao aumento das tarifas de pedágio nas rodovias federais no Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0360/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, cumprimentando a Senhorita Jayana Nicaretta da Silva, pelos serviços prestados à juventude brasileira.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Altair Silva.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0361/2020, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando a empresa Neoway, pelo desenvolvimento e disponibilização de soluções tecnológicas para empresas e governos no combate ao coronavírus.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1061/2020, 1062/2020, 1063/2020 e 1064/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1065/2020, 1077/2020, 1078/2020, 1079/2020, 1080/2020, 1081/2020,

1082/2020, 1083/2020, 1084/2020, 1085/2020, 1086/2020 e 1087/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1066/2020, 1067/2020, 1068/2020, 1069/2020, 1070/2020, 1071/2020, 1072/2020, 1073/2020, 1074/2020 e 1075/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; e 1076/2020, de autoria do Deputado João Amin.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1527/2020, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa; 1528/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1529/2020, de autoria do Deputado Volnei Weber; 1530/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; 1531/2020, 1532/2020, 1533/2020 e 1534/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1535/2020, 1536/2020, 1537/2020, 1538/2020 e 1539/2020, de autoria do Deputado João Amin; 1540/2020 e 1541/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz; 1543/2020, 1544/2020, 1545/2020, 1546/2020, 1547/2020, 1548/2020 e 1549/2020, de autoria do Deputado Marcos Vieira.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passa ao horário reservado à Explicação Pessoal. *[Transcrição: Taquígrafa Sara]*

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Comenta sobre o aumento dos casos de Covi-19 entre crianças no Estado e a preocupação dos profissionais da educação.

Apresenta detalhes e números referentes aos casos na região de Joinville e lembra que se faz necessário retornar ao debate, indagando se é o momento de voltar às aulas.

Afirma que é uma inverdade que criança não se contamina com o vírus, mas, além de se contaminar, transmitem o mesmo. Relata o número de contaminados entre adolescentes e crianças.

Teme pela velocidade do contágio caso a volta às aulas aconteça, e lembra que o momento é de cautela.

Informa que o Governo do Estado não mais vai divulgar o boletim diário de mortes pela doença e que recorreu ao STF para eximir-se da obrigação de responder aos Parlamentares os Pedidos de Informação sobre a Covid-19 em até 72 horas.

Indaga se o Governo do Estado estaria adotando a mesma estratégia do Governo Federal, e lamenta as vidas perdidas, cujo número não pode ser ocultado embaixo do tapete. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência agradece a presença de todos aqueles que, presencial ou telepresencialmente, participaram da sessão, e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia subsequente, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sara]